



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Concessões do setor portuário

Audiência Pública na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal

Brasília, julho de 2015

Estrutura do TCU – Área de Infraestrutura

O TCU audita a administração pública com unidades especializadas nas diferentes vertentes da atuação estatal.

Coordenações Temáticas



Seinfra Urbana



Seinfra Rodovia



Seinfra Elétrica



Seinfra Hidroferrovia



Seinfra Aerotelecom



Seinfra Petróleo

Fiscalização das concessões de infraestrutura

Controle Concomitante



Permite correção de falhas antes do lançamento do edital, antes da licitação e antes da assinatura do contrato, com menor custo para o processo regulatório.

Instrução Normativa TCU 27/1998

1º estágio

- Viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental

2º estágio

- Edital e minuta de contrato

3º estágio

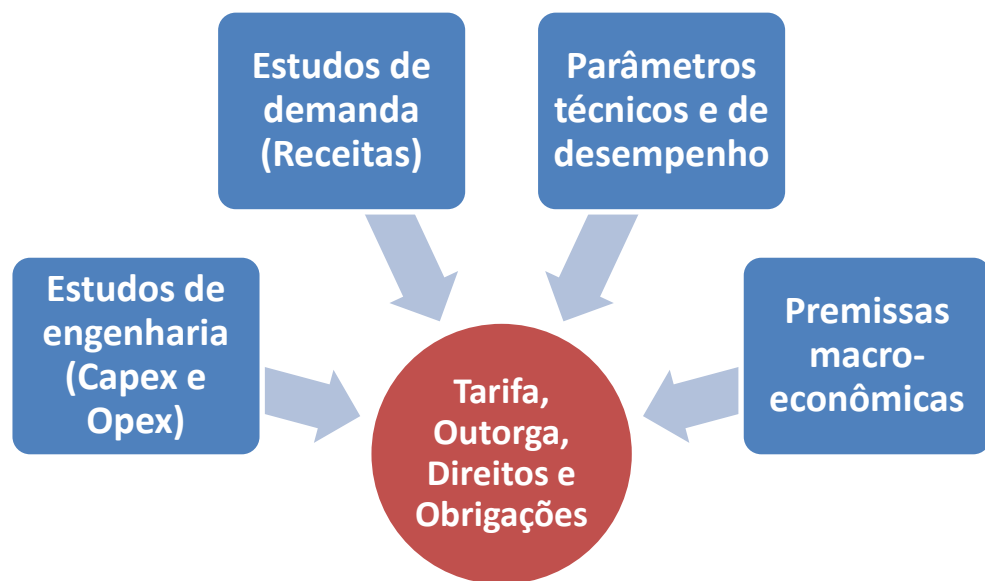
- Habilitação e julgamento da licitação

4º estágio

- Assinatura do contrato

Processo de análise do TCU dos estudos de viabilidade

A auditoria do TCU busca prover uma segurança razoável sobre a adequação, a consistência e a exatidão dos estudos de viabilidade.



**Estudo de Viabilidade Técnica,
Econômica e Ambiental**

A auditoria do EVTEA adota procedimentos para avaliar...

- ✓ Conformidade jurídica do modelo
- ✓ Utilização de metodologia consagrada
- ✓ Fundamentação em premissas consistentes
- ✓ Exatidão dos cálculos e planilhas

Outros trabalhos desenvolvidos pelo TCU

Além do acompanhamento concomitante dos estudos de viabilidade, o Tribunal avaliou diversos outros processos relacionados ao 1º Bloco de arrendamentos portuários.

Exemplos de outras ações de controle do TCU

- Representações contra supostas irregularidades nos estudos do arrendamento STS10.
- Denúncia reportando possíveis falhas na minuta de edital e EVTEA do terminal STS15.
- Denúncia apontando possíveis irregularidades nas regras de qualificação de operador portuário.
- Representação contra potenciais irregularidades na licitação de terminais de combustíveis da Região Norte.
- Memoriais de sindicatos e associações com críticas e/ou sugestões de aperfeiçoamento dos estudos.

Análise do TCU – 1º Bloco de arrendamentos

O TCU fez 19 ressalvas para a correção de falhas nos estudos, sendo que 15 foram implementadas pelo Poder Concedente, monitoradas e consideradas atendidas pelo TCU.

Acórdão 3.661/2013	Acórdão 1.555/2014
Apresente estudos consistentes para a definição de parâmetros de desempenho para cada terminal	A SEP/PR desenvolveu uma metodologia de pesquisa e cálculo do nível de serviço específica para cada tipo de carga
Realize levantamento dos valores de mercado dos equipamentos referidos nos estudos de viabilidade	A SEP/PR realizou novas cotações e atualizou as planilhas
Faça o levantamento dos bens reversíveis e adote metodologia para apuração do estado e valor desses bens	A SEP/PR adotou metodologia objetiva e razoável para o levantamento e valoração dos bens reversíveis
Exclua a parcela de 14,25% computada em duplicidade referente a “taxas de construção locais” adotadas para as obras a serem realizadas	A parcela foi excluída das planilhas

Análise do TCU – 1º Bloco de arrendamentos

As recomendações e determinações do Tribunal geraram importantes modificações nos estudos, com impactos diretos nas principais variáveis dos fluxos de caixa.

Alterações no fluxo de caixa após análise do TCU (R\$ milhões)

Receita Total		Arrendamento (anual)		CAPEX (obras e equipamentos)		OPEX (custo operacional)	
Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois
18.700	17.161	102	115	2.904	2.437	6.267	5.877
- 8,2%		12,7%		- 16,1%		- 6,2%	

Análise do TCU – 1º Bloco de arrendamentos

4 ressalvas foram objeto de pedido de reexame.

Acórdão 3.661/2013	Acórdão 1.077/2015
9.1.13. (...) utilização na formação das tarifas das pesquisas técnicas contratadas junto à USP oriundas do Convênio de Cooperação Técnica 1/2010, firmado com aquela instituição	O Tribunal decidiu que cabe ao Poder Concedente escolher, caso a caso, para cada terminal, qual a metodologia de regulação tarifária que ele vai utilizar, justificando essa escolha.
9.1.14. estabelecimento de um teto tarifário para todos os estudos de viabilidade constantes de concessões portuárias (regulação tarifária por <i>price cap</i>)	
9.1.15. revisão da modelagem empregada no STS13 na formação das tarifas	
9.1.17. inclusão em todos os contratos de arrendamentos portuários de cláusula de revisão tarifária periódica , que contemple a definição da tarifa-teto	

Obrigado



Contato:

Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária

seinfracidroferrovias@tcu.gov.br